

 UFC Pró-Reitoria de Planejamento e Administração	Lista de verificação PREGÃO – CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEIS	Código: PROPLAD067

Nº do Processo:	Tipo de Pregão: <input type="radio"/> Eletrônico <input type="radio"/> Presencial	Nº da Licitação
Unidade:	Nº do Contrato:	Valor:
Objeto do Contrato:		

S	N	EP	NA
Sim	Não	Em parte	Não se aplica

	S/N/ EP ou NA	Folhas
1. Consta o ofício de solicitação da demanda devidamente assinado pelo diretor do setor (Acórdão 254/2004-Segunda Câmara – TCU – item 9.8.15 e Orientação Normativa/SEGES nº 02/2016, Anexo I, item 2)?		
2. Consta laudo de avaliação elaborado pela área técnica da UFC Infra, contendo: valor mínimo do preço do aluguel do imóvel e estabelecimento do rateio de despesas comuns, considerando o quantitativo e potência dos equipamentos instalados (Ex.: freezer, geladeira, estufas, pontos de luz e outros) (IN SPU/MP nº 02/2017, art. 3º, I, art. 4º, XI e art. 47, §1º e Relatório CGU nº 2017/02604)?		
3. Junto com o laudo de avaliação, a área técnica da UFC Infra forneceu o Relatório Fotográfico do imóvel/espaço físico (IN SPU/MP nº 02/2017, art. 13, IV)?		
4. Existe Termo de Referência (TR) aprovado pela autoridade competente (Decreto nº 10.024, art. 8º, II; Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 8º, II, III, “b” e art. 21, I, II; Lei nº 8.666/93, art. 6º, IX e art. 7º, I, §2º, I)?		
4.1. Há justificativa apresentando elementos suficientes que subsidiem a necessidade da concessão (Lei nº 10.520/02, art. 3º, I, Decreto nº 3.555/00, art. 8º, III, “b” e art. 21, I)?		
4.2. A especificação está detalhada de forma precisa e clara e é compatível com o objeto do laudo (Lei nº 8.666/93, art. 6º, IX, “c” e Lei nº 10.520/02, art. 3º, II)?		
4.3. Consta o valor estimado da concessão (Lei nº 8.666/93, art. 23, II, Lei nº 10.520/02, art. 3º, III; Decreto nº 3.555/00, art. 8º, III, “a”)?		
4.3.1. O valor estimado é baseado no laudo emitido pela UFC Infra?		
4.3.2. A data do laudo de avaliação é anterior ou igual à data de emissão do Termo de Referência?		
4.4. Constam as obrigações das partes e as sanções administrativas (Lei nº 8.666/93, art. 58, III e IV; Lei nº 10.520/02, art. 3º, I)?		
5. Consta o formulário PROPLAD127 - Formalização de Equipe de Gestão/Fiscalização de Contratos/Atas de Registro de Preços, devidamente preenchido e assinado?		
6. Consta autorização da autoridade competente para abertura da licitação (Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 7º, I e art. 21, V; Decreto nº 10.024/19, art. 8º, V e Lei nº 8.666/93, art. 38, caput)?		
7. Se for o caso, consta justificativa quanto à utilização do pregão (Acórdão nº 2844/2010 – Plenário-TCU)?		
7.1. No caso de utilização de pregão presencial, consta a justificativa quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico (Decreto nº 10.024/19, art.1º, §4º)?		
8. Consta minuta do edital e seus anexos (Lei nº 10.520/02, art. 4º, III; Lei nº 8.666/93, art. 40; Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, VIII)?		

Data ___/___/___	Verificado por:	Página de
-------------------------	-----------------	-----------

	S/N/ EP ou NA	Folhas
9. O processo foi encaminhado à Procuradoria Federal para emissão de parecer quanto à regularidade jurídica da locação do imóvel/espço físico pretendido e aprovação da Minuta do Edital e seus anexos (Lei nº 8.666/93, art. 38, VI; Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, VII e Decreto nº10.024/19, art. 8º, IX)?		
10. No edital, estão especificados (Lei nº 8.666/93, art. 40):		
a) As condições para participação na licitação e a forma de apresentação das propostas (Lei nº 8.666/93, art. 40, VI)?		
b) Os critérios para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos (Lei nº 8.666/93, art. 40, VII)?		
c) O prazo e as condições para assinatura do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 40, II)?		
11. O original do edital está datado e assinado pela autoridade que o expediu (Lei nº 8.666/93, art. 40, §1º)?		
12. Constituem anexos do edital:		
a) Termo de referência (Lei nº 8.666/93, art. 40, §2º, I)?		
b) Minuta de contrato, se for o caso, com cláusulas que estabeleçam (Lei nº 8.666/93, art. 40, §2º, III):		
i. O objeto e seus elementos característicos (Lei nº 8.666/93, art. 55, I)?		
ii. A vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor? (Lei nº 8.666/93, art. 55, XI)?		
iii. O preço, a forma e as condições de funcionamento e os critérios de reajuste, quando for o caso (Lei nº 8.666/93, art. 55, III e Decreto-Lei 9.760/46, art. 96, parágrafo único)?		
iv. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os percentuais das multas (Lei nº 8.666/93, art. 55, VII)?		
v. Os casos de rescisão (Lei nº 8.666/93, art. 55, VIII)?		
vi. O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 (Lei nº 8.666/93, art. 55, IX)?		
vii. A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos (Lei nº 8.666/93, art. 55, XII)?		
viii. A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII)?		
ix. O seu prazo de vigência (Lei nº 8.666/93, art. 57, §3º)?		
x. Que o contratado deverá cumprir, no que couber, as disposições normativas da Lei do Inquilinato – Lei nº 8245/91 (Nota Técnica 009/2017-AUGER)?		
xi. Que o contratado deve atender as disposições do Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (Nota Técnica 009/2017-AUGER)?		
13. Os avisos do edital e seus anexos foram devidamente publicados e anexados ao processo (Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 11, I; Decreto nº 10.024/19, art. 8º, XIII c/c art. 20 e art. 21, Lei nº 8.666/93, art. 21 e art. 38, II e Lei nº 10.520/02, art. 4º, I e II)?		
14. Foi respeitado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a divulgação da licitação (publicação do aviso do edital) e a data estabelecida para recebimento das propostas (Decreto nº 3.555/00, art. 11, III, Decreto nº 10.024/19, art. 25 e Lei nº 10.520/02, art. 4º, V)?		
15. No caso de alteração nas especificações do objeto da licitação, o edital foi republicado e foi respeitado novo prazo mínimo, conforme item 13 (Lei nº 8.666/93, art. 21, §4º; Decreto 10.024/19, art. 22)?		
16. Consta a designação do pregoeiro e da equipe de apoio (Lei nº 10.520/02, art. 3º, IV, §§1º e 2º; Decreto nº 3.555/00, art. 7º, II, Parágrafo único, art. 8º, III, “d”, art.		

Data ____/____/____	Verificado por:	Página de
------------------------	-----------------	-----------

	S/N/ EP ou NA	Folhas
21, VI e Decreto nº 10.024/19, art. 8º, VI e art. 13, I)?		
17. Os documentos necessários à habilitação constam no processo (Lei nº 8.666/93, art. 27, c/c art. 32; Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 13 e art. 21, X e Decreto nº 10.024/19, art. 8º, X)?		
18. A ata da licitação contém (Lei nº 10.520/02, art. 8º e Decreto nº 3.555/00, art. 21, XI):		
a) Registro dos licitantes participantes?		
b) Propostas apresentadas?		
c) Lances ofertados?		
d) Habilitação (Lei nº 10.520/02, art. 4º, XIII e XIV; Decreto nº 3.555/00, art. 13; Decreto nº 10.024/19, art. 8º, VIII, “g”)?		
e) Recursos, porventura interpostos e respectivas manifestações e decisões (Lei nº 8.666/93, art. 38, VIII, Lei nº 10.520/02, art. 4º, XVIII e Decreto nº 10.024/19, art. 8º, VIII, “i”)?		
19. Se for o caso, consta o motivo da desclassificação de licitante(s) (Lei nº 8.666/93, art. 43, IV)?		
20. Os atos de adjudicação do objeto da licitação constam do processo (Lei nº 8.666/93, art. 38, VII; Lei nº 10.520/02, art. 4º, XX e XXI)?		

Observações complementares: